

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340001340/2025-90

2. Descrição da necessidade

2.1 O Ministério de Minas e Energia para desenvolver e fomentar a sua política pública promove várias visitas a outros Estados da Federação para tratar de diversos assuntos pertinentes a finalidade institucional do Órgão. Dentre estes inúmeros compromissos que exigem a participação do Ministro de Estado, bem como a sua equipe, e também outros servidores, são necessários transportes terrestres para a locomoção eficiente e segura dos agentes públicos. Neste sentido, disponibilizar o deslocamento das autoridades Ministeriais para as **Regiões Centro Oeste e Nordeste** do país que estejam em missão a fim de tratar dos interesses da pasta, bem como representar o Ministério nas instâncias de governança no setor energético e minerais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país, é fundamental o serviço de locação com motorista, por diária.

2.2 Considerando que a contratação teve início em 07/08/2020, os Contratos nº 15/2020-MME, Região Centro Oeste e 14/2020-MME, Região Nordeste, atingirão a vigência máxima de 60 (sessenta) meses, em 07/08/2025, não cabendo nova prorrogação, constando previsto na Cláusula Segunda dos referidos contratos o seguinte:

*" 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é **12 (doze) meses**, conforme fixado no Edital, a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos: (...)", necessita-se de nova contratação para não haver descontinuidade na prestação do serviço.*

2.3. Cumprimento do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, como é o caso do serviço de locação de veículos para transportes de autoridades fora da sede.

2.4. Cumprimento ao Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre o uso de veículos oficiais, próprios ou contratados de prestadores de serviços, pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional que estabelece:

Art. 2º Para fins de utilização, os veículos oficiais da administração pública federal direta, autárquica e fundacional serão classificados nas seguintes categorias:

- I - veículos de representação;
- II - veículos de serviços comuns; e
- III - veículos de serviços especiais.

Art. 3º Os veículos de representação serão utilizados exclusivamente:

- I - pelo Presidente da República;
- II - pelo Vice-Presidente da República;
- III - pelos Ministros de Estado;
- IV - pelos ex-Presidentes da República; e
- V - pelos ocupantes de cargos de natureza especial ou pelas autoridades de que trata o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 1º Os veículos de representação podem ser utilizados em todos os deslocamentos, no território nacional, das autoridades referidas no caput.

§ 2º Os substitutos dos ocupantes dos cargos de que trata o inciso III do caput farão jus à utilização do veículo de representação enquanto exercerem a substituição.

§ 3º Os veículos de representação poderão ter identificação própria.

2.5. Cumprimento da Portaria mgi nº 2.162, de 5 de abril de 2024, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, e dá outras providências.

2.6. O transporte para autoridade está fundamentado na Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 da SLTI /MPOG e Decreto nº 9.287 de 15 de fevereiro de 2018, entretanto com vedação expressa no Inc. I, do Art. 6º, do Decreto 9.287/2018, para uso de veículos de Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista por parte de integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tem-se a necessidade de atender, com veículos locados pelo órgão, os deslocamentos das autoridades em serviços fora de sede.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Andréa Cristina Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho
Serviço de Transportes - COAGE	Airton Oliveira Lima
Serviço de Transportes - COAGE	Washington Cavalcante Veras Diniz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista se tratar de uma necessidade que tem caráter de permanência e essencial para o funcionamento da atividade. Nessas situações, findado o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim, sucessivamente, pois a necessidade em si é permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os “serviços contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”.

4.2. Os serviços contratados serão de natureza continuada, sem mão de obra exclusiva, e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. Poderão participar da licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI).

4.4. Não poderão participar do procedimento licitatório interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com o Ministério de Minas e Energia.

4.5. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021. Desde que haja previsão

no edital e/ou contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.6. A utilização do prazo de vigência plurianual no caso de fornecimento contínuo é condicionada ao ateste de maior vantagem econômica, a ser feita pela autoridade competente no processo respectivo.

4.7. IN's e Leis Implantadas:

4.7.1. Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.7.2. Lei nº 14.133 de 2021.

4.7.3. IN nº 1/2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta;

4.8. Requisitos de sustentabilidade

4.8.1. A Contratada, deverá adotar práticas de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, conforme prevê a IN nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, e legislação correlatas, naquilo que couber, e ainda:

4.8.2. Cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.8.3. Cumprir diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.305/10.

4.8.4. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e nº 272 de 14/09/2000 e legislação correlata.

4.8.5. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315 de 29 /10 /2002 e legislação correlata.

4.8.6. A CONTRATADA deve observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), destacando-se a Lei nº 8.723 /1993, Resolução CONAMA nº 16/1993 e a Portaria IBAMA nº 85/1996.

4.9. Requisitos específicos:

4.9.1. As especificações dos veículos foram adotadas levando-se em consideração a natureza do serviço, a dignidade dos usuários a serem transportados, o conforto e a funcionalidade dos automóveis. Dessa forma, foram especificados veículos que apresentam conforto e funcionalidade suficientes para o transporte dos usuários.

4.9.2. Para os fins a que se destina esta contratação, os serviços de locação deverão ser compreendidos como regulares. Todos os veículos deverão ser disponibilizados pela empresa 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

4.10. Características dos veículos:

4.10.1. Os veículos deverão manter as características originais padronizada de fábrica, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa.

4.10.2. Os veículos deverão ser movidos a combustíveis de origem renovável ou bicomcombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/1998.

4.10.3. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e nº 272 de 14/09/2000 e legislação correlata.

4.10.4. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315 de 29 /10

/2002 e legislação correlata.

4.10.5. A CONTRATADA deve observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), destacando-se a Lei nº 8.723/1993, Resolução CONAMA nº 16/1993 e a Portaria IBAMA nº 85/1996.

4.11. Qualificação Técnica

4.11.1. Deverá a licitante apresentar:

4.11.1.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos não inferior a 3(três) anos com o objeto licitado;

4.11.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.11.1.3. Prestação de serviços de locação de veículos do tipo sedan executivo e SUV, por diária, com motorista, por período não inferior a 12 (doze) meses.

4.11.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.11.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.11.1.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos. *inclusive pessoas físicas, conforme inciso I do art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021.*

4.11.1.7. Que a participação de Cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003,; seja vedada bem como a participação de consórcios, visto que pela natureza do serviço a ser contratado não evidencie aquelas situações descritas no art. 10 e 11 da IN 05/2017 ou, nos termos da Lei nº 6.404/76, o objeto a ser licitado não possui características de associação temporária entre empresas sem personalidade jurídica própria, também não envolve prestação de serviços de grande vulto e/ou da alta complexidade;

4.11.1.8. Além de que, a gestão contratual se torna extremamente dificultada, em face de que a prestação dos serviços se fará em inúmeras localidades, cuja previsão não se tem conhecimento a priori, dado a que agenda das autoridades ministeriais estão sujeitas a variações constantes, donde se conclui que a execução dos serviços por cooperados se torna problemática!

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado será realizado em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65 de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, disposta segundo a seguinte hierarquia:

5.2. Artigo 5º, Inciso; IV. Pesquisa direta com, com mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa na escolha desses fornecedores e

que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do Edital.

5.3. Para a estimativa de preço foi considerado os valores praticados em contratações correlatas na Administração Pública cujo objeto guarda semelhança. Para isso foi-se observado, em especial, as seguintes contratações:

Órgão	Pregão	Data Realização	Objeto
Agência Nacional do Petróleo	90013 /2024	15.10.2024	Locação de Veículos
M. Integração-Desenvolvimento Regional	90006 /2024	22.04.2024	Locação de Veículos
Ministério do Meio Ambiente	90001 /2025	13.01.2025	Locação de Veículos
Ministério da Cidades	90002 /2025	31.01.2025	Locação de Veículos

5.4. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação eventual de veículos, com o fornecimento de motorista devidamente habilitado, combustível e seguro total, destinada ao atendimento das necessidades do Ministério de Minas e Energia, em apoio às atividades desenvolvidas em sua sede, localizada em Brasília/DF, com abrangência nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, de forma continuada e por demanda, já é uma prática consolidada na Administração Pública Federal. Essa modalidade de contratação tem sido adotada por diversos órgãos, inclusive pelos Ministérios relacionados na tabela anexa, os quais possuem Pregões vigentes para esse tipo de serviço.

5.5. Para fundamentar a presente contratação, foram analisados processos similares realizados por outros órgãos e entidades públicas, por meio de pesquisa em plataformas oficiais de compras, como o portal Compras.gov.br. O objetivo foi identificar metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhor atender às demandas da Administração.

5.6. No entanto, observou-se que cada contrato analisado possui características específicas, especialmente quanto à abrangência geográfica e às necessidades particulares de cada órgão, o que evidencia tratar-se de uma contratação comum, mas com particularidades relevantes no contexto da Administração Pública Federal.

5.7. Considerando as diversas modalidades de contratação existentes, e em especial as características do serviço requerido por este Ministério, concluiu-se que a solução mais eficaz e economicamente viável é a manutenção do modelo adotado pelo órgão desde o ano de 2015, consistente na locação eventual de veículos com motorista, combustível, seguro total e demais insumos necessários para o transporte de servidores em serviço.

5.8. Ao longo das contratações anteriores, foram implementadas melhorias, como a atualização do limite de fabricação dos veículos disponibilizados, que passou de 2 para 3 anos, visando garantir maior modernidade e segurança na frota. Além disso, houve a inclusão do modelo SUV entre os veículos a serem locados, considerando que tais veículos atualmente oferecem melhor desempenho, segurança e confiabilidade, sendo compatíveis com as exigências de segurança impostas pelas normas governamentais, as quais já são atendidas nos modelos de fábrica.

5.9. Durante a pesquisa realizada no Painel de Preços, foram identificados 06 (seis) processos de contratação relacionados à locação de veículos. Contudo, nenhuma das contratações apresentava compatibilidade quanto às quantidades, especificações técnicas e abrangência regional exigidas no presente Termo de Referência. Por esse motivo, os resultados encontrados não se mostraram adequados para utilização como base de comparação ou estimativa de preços para este objeto.

5.10. Dessa forma, as propostas comerciais recebidas foram elaboradas com base nos critérios e requisitos estabelecidos neste processo, e em conformidade com as dimensões e especificações solicitadas. Considera-se, portanto, que os valores apresentados refletem o preço de mercado e atendem às condições necessárias para fins de comparabilidade e viabilidade da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Sobre a escolha do tipo de solução a contratar levou-se em consideração que:

6.1.1. A locação eventual de veículos com motoristas é a solução mais eficiente e econômica para atender às missões institucionais do Ministro de Estado, do(a) Secretário(a) Executivo(a) e de servidores em cargos comissionados (DAS-5, DAS-6 e Natureza Especial), fora da sede. Essa modalidade garante mobilidade e disponibilidade imediata, independentemente da quilometragem. Outras alternativas, como a aquisição de veículos próprios ou o uso de aplicativos de transporte, são consideradas inviáveis por serem mais onerosas ou inadequadas às necessidades do Ministério de Minas e Energia. A prática é recomendada pelos órgãos de controle como modelo padrão.

6.1.2. Locação de veículos disponibilizada na categoria abaixo discriminada, sob demanda, para autoridades e servidores em serviço fora do Distrito Federal nas Regiões Centro Oeste e Nordeste do País.

6.2. Categoria de veículo a ser disponibilizado:

6.2.1. Categoria I - Veículo tipo automóvel executivo, tipo Sedã cor preta, 04 (quatro) portas, com capacidade para 05 (cinco) ocupantes (incluindo o motorista), potência mínima 144 CV, motor mínimo de 1.8 ou superior, ar condicionado, direção hidráulica e demais acessórios inerentes ao modelo.

6.2.2. Categoria II - Veículo automotor utilitário/automóvel, tipo SUV médio, potência mínima de 135 CV, com capacidade de no mínimo, 7 (sete) ocupantes, movido preferencialmente a diesel ou biocombustível (total flex), equipado com ar condicionado, direção hidráulica, desembaçador elétrico e com todos os acessórios inerentes ao modelo.

6.2.3. As diárias deverão ser utilizadas de forma parceladas durante um período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assinatura do contrato.

6.2.4. Fica estabelecido como diária o período de 12 (doze) horas, bem como de até 24 horas, contados da entrega do veículo à Contratante.

6.2.5. Diária de 24 (vinte e quatro) horas, correspondente à utilização do veículo por mais de 12 horas registrado em voucher e assinado pelo usuário, contados da entrega do veículo à Contratante.

6.2.6. Fica estabelecido como *transfer* a utilização em tempo reduzido com deslocamentos intermunicipais de pelo menos 100 km de distância ou uma hora e meia de deslocamento e que não superior a 300 km de distância ou três horas de deslocamento.

6.2.7. Os veículos poderão ser utilizados a qualquer tempo, sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de acordo com as necessidades da contratante.

6.2.8. Obrigar-se-á nos casos em que a excepcionalidade do serviço exigir, atender à demanda, que porventura possa ocorrer num lapso temporal inferior às 24 (vinte e quatro) horas.

6.2.9. Os veículos discriminados neste ETP deverão estar com toda documentação atualizada, incluindo seguro com cobertura total e poderão ser utilizados em toda a Região Centro Oeste e Nordeste, mediante requisição através de ordem de serviço, nas quantidades estabelecidas pela Contratante, conforme as

eventuais necessidades, e poderão ser solicitados a qualquer tempo, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de acordo com as necessidades da contratante.

6.2.10. Os veículos deverão possuir seguro total que cubra danos (materiais, corporais e morais), neles próprios e em seus passageiros, nos veículos de terceiros e seus passageiros envolvidos, que porventura possam ser vitimados em sinistros.

6.2.11. As despesas com motorista e combustível, bem como aquelas relacionadas a pedágios e estacionamento, correrão por conta da Contratada.

6.2.12. Toda a manutenção preventiva, corretiva e lavagem geral (aspiração, polimento e lubrificação), deverá correr por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante, inclusive com disponibilização de serviço de guincho 24 horas e substituição do veículo com as mesmas características, quando o mesmo apresentar defeitos que comprometam a execução dos serviços.

6.2.13. Os veículos inseridos no serviço a ser contratado deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, de conformidade com as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DETRAN, com a documentação obrigatória em dia, apresentando prévio e específico registro perante o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

6.2.14. Os veículos disponíveis para a prestação dos serviços, objeto desta licitação, não poderão ter ano de fabricação anterior aos 3 (três) anos que precedem o exercício em que ocorrer a solicitação do serviço.

6.2.15. Os veículos deverão conter todos os itens obrigatórios exigidos pela legislação, estar com a documentação em dia, em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito.

6.2.16. Os veículos inseridos no serviço a ser contratado devem ser fornecidos e permanecerem no período da vigência contratual, dotados de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, como também estar com a carroceria sem conter amassados ou riscos na pintura; estofamento e acabamento interno sem conter sujeiras, rasgos, arranhões ou perfurações, estar com pneus adequados a cada tipo de veículo e acima do limite TWI (Tread Wear Indicator) mínimo para rodagem, transmissão, sistema elétrico, sistema de freios e suspensão em perfeitas condições de funcionamento.

6.2.17. Fornecer números de telefone fixo, e-mail, bip ou qualquer outro meio de comunicação à com o nome do responsável para atendimento aos chamados.

6.2.18. A execução de serviços de locação de veículos deverá ser registrada em impresso próprio constando à descrição dos serviços a serem executados e a quantidade de diárias.

6.2.19. Apresentar, juntamente às notas fiscais dos serviços, os demonstrativos de prestação dos serviços e respectivas placas dos veículos.

6.2.20. Cabe entregar o veículo em perfeitas condições de uso e segurança, devendo arcar com as despesas das manutenções preventivas e corretivas, inclusive limpeza e aspiração, mão de obra, material, revisão e reposição de peças gastas com o uso e desgastes normal do veículo ou decorrentes de acidentes, em qualquer circunstância, tais como: troca e reparo de pneus, troca de baterias, correias, peças, filtros, óleos lubrificantes, fluidos, velas, pastilhas de freios, lâmpadas, serviços de funilaria, pintura, alinhamento e balanceamento das rodas, e demais componentes que compõe o veículo.

6.2.21. A contratada deverá manter a regulagem dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do observados os limites máximos de emissão de gases,

conforme legislação vigente. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo.

6.2.22. A CONTRATADA deverá designar sem nenhum ônus adicional, preposto para a realização da supervisão dos serviços, atuando em consonância com o Gestor e fiscal do contrato designado pelo CONTRATANTE, para plena e satisfatória execução das ações administrativas e operacionais da frota, tais como:

6.2.23. Controle de manutenção dos veículos;

6.2.24. Emissão de planilhas e relatórios gerenciais mensais contendo a consolidação das informações necessárias para a medição dos serviços;

6.2.25. Controle da demanda e uso do veículo.

6.2.26. A fiscalização do serviço será feita por uma equipe fiscalização do contrato, designado pela CONTRATANTE, o qual emitirá a Ordem de Serviço – OS após a assinatura do contrato, obedecendo à conveniência da administração. A referida OS poderá ser emitida mediante sistema de informação de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

6.2.27. A CONTRATANTE poderá sustar qualquer trabalho/fornecimento que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida for necessária.

6.2.28. A CONTRATANTE poderá recusar qualquer item do objeto contratual quando entender que os veículos utilizados não sejam os especificados, ou quando entender que o serviço foi executado de forma irregular.

6.2.29. O objeto contratual deverá ser executado dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE.

6.2.30. A CONTRATADA fica obrigada a executar os serviços solicitados relacionados neste Instrumento, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estimativa de demanda dos serviços:

Grupo	Região	Descrição	Unidade de medida	Estimativa de diárias - Anual	CATSER
1	Centro-Oeste	Locação veículo Executivo e SUV	Diárias	Executivo = 180 SUV = 180	025089
				360	
2	Nordeste	Locação veículo Executivo e SUV	Diárias	Executivo = 360 SUV = 240	

	600
Total	960

7.2. A estimativa das quantidades de diárias a serem contratadas tomou como referência os Contratos nº 15 /2020-MME e 14/2020-MME, existente para a locação de veículos em que contempla as Regiões Centro Oeste e Nordeste, além de que se levou em consideração os dois tipos de veículos a serem utilizados para atendimento das necessidades da nova gestão e estrutura ministerial.

7.3. Ainda teve que levar em conta a incerteza no planejamento de demandas de viagens da nova administração e que acarretou em elevar a previsão de diárias, para que o serviço de transporte de autoridade eventualmente não ficasse inviável.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.685.780,80

8.1. Foram realizadas pesquisa no Sistema Painel de Preços de contratos da Administração Pública com objeto similar. A busca foi realizada utilizando-se os seguintes filtros: "Código do Serviço = 025089", "Modalidade da Compra = Pregão", "Período da Compra = Últimos 180 dias", "Esfera = Federal"

Estimativa de custo para contratação:

Descrição	Valores Estimados (Diária e Total)	
Veículo, tipo sedã (Descrição completa no Item 6.2.1 deste ETP)	R\$ 1.740,00	R\$ 313.200,00
Veículo automotor utilitário/automóvel, tipo SUV (Descrição completa no item 6.2.2 deste ETP)	R\$ 1.931,64	R\$ 347.695,20
Veículo, tipo sedã (Descrição completa no Item 6.2.1 deste ETP)	R\$ 2.040,00	R\$ 734.400,00
Veículo automotor utilitário/automóvel, tipo SUV (Descrição completa no Item 6.2.2 deste ETP)	R\$ 1.864,98	R\$ 447.595,20
Valor de 12 meses	R\$ 1.842.890,40	
Valor de 24 meses	R\$ 3.685.780,80	

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme art. 40 da Lei nº 14.133 de 2021, na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens.

9.2 Na presente demanda, não é vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto, visto que por se tratar de contratação de serviços especializados de uma única categoria, com requisitos muito específicos.

9.3. Desta forma, o parcelamento da compra não se aplica.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não havendo contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está prevista no Documento de Formalização da Demanda/Plano de Contratações Anual nº 145/ 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 320004/000021/2025

II) Data de publicação no PNCP: 09/04/2024

III) Id do item no PCA:

IV) Classe/Grupo: 732-SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS

V) Identificador da Futura Contratação: 320004-/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Oferecer uma prestação de serviços de transportes para as autoridades do MME, quando em trabalho Fora da Sede com eficiência, qualidade e ao menor custo financeiro, bem como eficácia operacional.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 As providencias a serem adotadas para viabilizar e dar sequência a este Estudo Preliminar Digital visando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, por diárias, no âmbito de toda Região Centro Oeste e Nordeste do país, dos tipos automóvel sedã e automóvel/utilitário SUV, com motorista, para transporte de autoridades em serviço, sob demanda, em Grupo Único, incluindo despesas com combustível, manutenção, seguro total (sem franquia), pessoal, diárias, pedágios, estacionamento e demais custos inerentes que incidem sobre os veículos, para

atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia – MME será a elaboração do Termo de Referência, para nortear a licitação e sua aprovação pela autoridade competente, elaboração do edital, processamento da licitação e em seguida a contratação da(s) empresa(s) vencedora(s), visto que os recursos a serem necessários para ser empenhados em 2025 consta do Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A prestação dos serviços nos locais previstos poderá gerar impactos ambientais, especialmente quanto à emissão de poluentes atmosféricos provenientes dos veículos utilizados. No entanto, tais impactos serão minimizados em razão do cumprimento das diretrizes estabelecidas nos Requisitos da Contratação constantes destes Estudos Técnicos Preliminares.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Assim, por todo o exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação entende ser viável a Contratação de serviços de locação de veículos, para transporte de autoridades, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia) por diária de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do Ministério de Minas e Energia nas Regiões Centro Oeste e Nordeste.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALVANIR DA SILVA CARVALHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 30/06/2025 às 15:50:48.

AIRTON OLIVEIRA LIMA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 30/06/2025 às 16:02:44.

MARIA JOSE SOARES MENON

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 30/06/2025 às 17:50:00.

JOELMA MENDES DE MELLO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 30/06/2025 às 16:56:17.